

O problema das definições

The problem of definitions

Pablo Jamilk FLORES (UNIOESTE)
pablojamilkflores@hotmail.com
José Borges NETO (UNIOESTE)
borgesnetojose@gmail.com

FLORES, Pablo Jamilk; BORGES NETO, José. O problema das definições. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 148-164, jan./jun. 2017.

Resumo: O presente trabalho apresenta uma discussão teórica a respeito das definições e dos processos empregados para se construir uma definição. Parte-se do problema relativo à atividade intelectual de organização cognitiva da realidade que cerca o ser humano. Uma vez identificada a realidade complexa que é a reapresentação do real de forma abstrata, que possibilite a reflexão teórica, buscou-se pontuar como o processo de definição é fundamental para a compreensão (ou tentativa de compreensão) dos fenômenos que compõem a experiência humana. Discorre-se a respeito do papel das definições no campo das ciências, bem como os tipos de definições identificados pela revisão bibliográfica que considera a contribuição de Leônidas Hegenberg (1974), Irwing Copi (1978), Nicola Abbagnano (2007) e Benoit Hardy-Vallée (2013). Procurou-se traçar a distinção entre definições e conceitos, com base nos procedimentos de definição que possuem como resultado a formação

de conceitos. Fica demonstrada, ao final do texto, a necessidade de reconhecer os procedimentos de definição e os conceitos empregados na fundamentação de uma ferramenta hermenêutica em um trabalho de natureza científica.

Palavras-chave: Definição. Conceito. Filosofia. Cognição.

Abstract: This paper presents a theoretical discussion of the definitions and processes used to build up a definition. It begins on the problem related to the intellectual activity of cognitive organization of reality that surrounds the human being. Once identified the complex reality that is the re-presentation of real abstractly, which allows theoretical reflection, we tried to score as the setting process is key to understanding (or attempt to understand) the phenomena that make up the human experience. We discuss the role of definitions in the sciences, as well as the types of settings identified by literature review that considers the contribution of Leônidas Hegenberg (1974), Irwing Copi (1978), Nicola Abbagnano (2007) and Benoit Hardy-Vallée (2013). We tried to draw the distinction between definitions and concepts, based on the definition of procedures that have resulted in the formation of concepts. Is demonstrated, the text of the final, the need to recognize the definition of procedures and concepts used in the grounds of a hermeneutic tool in a scientific work.

Keywords: Definition. Concept. Philosophy. Cognition.

Introdução

Definir é uma atividade intelectual relacionada com a organização cognitiva do mundo que nos cerca. Muito embora a definição tenha esse status de elemento integrante, essencial, da atividade intelectual, explicitá-la não é tarefa muito simples. Cotidianamente, o homem lida com uma série de conteúdos/conceitos e, certamente, é capaz de estabelecer seus limites de aplicação. No entanto, na hora de expressar esses limites na forma de uma definição formal de uma palavra ou de um conceito com que se relaciona, surgem problemas no processamento específico das informações.

Antes de prosseguir, é forçoso fornecer algumas explicações a respeito do que foi mencionado. Inicialmente, afirma-se que definir é uma atividade cognitiva. Para tanto, leia-se a passagem de Hegenberg (1974):

O homem nasce de uma 'circunstância' – o primariamente dado – e a transforma em 'mundo', um local em que pode viver. Seu ajuste com o contorno é de ordem intelectual e se efetua de várias maneiras, com auxílio da filosofia, da religião, da ciência e da arte. A ciência, em especial, muito contribui para que esse ajuste possa realizar-se. Investigando, ou seja, observando, percebendo, medindo, o homem chega a certas generalizações que lhe são indispensáveis, para explicar, predizer e retrodizer os fenômenos, que perdem, assim, o caráter 'caótico' de que se revestem, a um primeiro exame, para se verem 'integrados'

em sistemas criados precisamente com o objetivo de permitir aquele ajuste intelectual com o meio (HEGENBERG, 1974, p. 15).

Segundo esse pensamento, é uma atividade humana ajustar as formas do mundo para formas inteligíveis, ou seja, transformar o que é empírico e – no dizer do autor – caótico em algo cognitivamente processável, a fim de que possa ser item constante de uma cadeia de conhecimentos que permitam interagir com o mundo de maneira organizada. Essa atividade de organização passa pelo nível conceitual, o de analisar, detalhar, sintetizar e (re)apresentar os objetos/fenômenos mundanos para que possam fazer parte de uma realidade intelectual que possa ser – em parte – compartilhada com outros seres humanos.

O que é dado no mundo, a realidade material, compõe apenas uma parte do universo com que o indivíduo lida. O que é tangível, sensível ou experienciável não se traduz em unicidade. As abstrações conceituais são tão importantes como a possibilidade de experimentar fenômenos, uma vez que são essas abstrações que hão de compor a tradução de qualquer experiência (real ou virtual) para que outros indivíduos possam conhecer, ao menos por meio dessas abstrações conceituais, experiências que, de fato, não puderam experienciar.

Essa (re)apresentação do mundo sob forma conceitual – advinda das operações mentais do homem – não surge pronta após qualquer experiência. Ela necessita de uma codificação, e é precisamente aí que reside mais um problema relacionado à atividade de conceituar as – por assim dizer – formas do mundo. Os diferentes códigos utilizados pela humanidade servem de ferramenta para traduzir o experienciável e dar-lhe nomes e características, a fim de que seja possível estabelecer limites para que o intelecto possa se organizar. Como os códigos não são de todo semelhantes (há apenas aproximações estruturais e de ordem do preenchimento semântico das palavras), ocorre essencialmente uma atividade de segunda tradução do que se experimenta para o código exprimível¹. Por esse raciocínio, resulta claro que, de um código para o outro (ou mesmo dentro de um mesmo código), há operadores que se atualizam a depender de variáveis como local, tempo, natureza do registro (maior ou menor formalidade, ou tensão) etc.

Esse problema de tradução do mundo é alvo de preocupação científica. Na medida em que o pensamento científico (e filosófico)

1 Por “código exprimível” não se entenda apenas linguagem verbal. Evidentemente, há diversas formas de estabelecer a tradução do que se experimenta.

não pode conviver com a informalidade e a vagueza dos conceitos e definições da vida cotidiana, a necessidade de estabelecer critérios e procedimentos claros e explícitos para conceituar e definir claramente se impõe, já no pensamento grego da antiguidade clássica.

Provavelmente, a ciência – a julgar pela tradição da física grega – tenha definido seu lugar no campo dos conhecimentos justamente por fornecer ferramentas que operem com o fator de distinção de um empirismo sensível a uma epistemologia mais rigorosa. Para retornar aos gregos, é possível dizer que muito da filosofia platônica se voltava a esse fenômeno. Em sua alegoria da caverna, é possível perceber uma distinção entre o mundo percebido (irreal, ilusório) e o mundo em si, de realidades intangíveis (o Hiperurânio). As ideias (no sentido platônico) representam o conhecimento, porque são vistas como uma realidade imutável. Mesmo que, séculos mais tarde (ou anteriormente, se considerados os sofistas), o perspectivismo surgisse para desmontar a ideia de imutabilidade, fica fulcrada, no ponto fundamental da filosofia ocidental, a necessidade de estabelecer conceitos para fazer uma distinção do mundo.

Ao passo que o pensamento ocidental se especializava, a necessidade de organização dos conhecimentos crescia exponencialmente. A grande demonstração disso é a taxonomia aristotélica dos conhecimentos (o que foi, com efeito, muito além da divisão de classes e espécies): a separação do que é física, metafísica, poética, retórica, lógica e demais divisões do conhecimento. O período sistemático da filosofia é o que ratificou a organização do que é inteligível pautada no agrupamento de conhecimentos especializados de diferentes naturezas.

Não é a pretensão deste texto fazer um extenso apanhado da evolução da epistemologia. Na verdade, o descrito até então, serve apenas para exemplificar como foi preciso apostar em uma estratégia de organização da atividade intelectual humana, para que o conhecimento pudesse possuir regras que o tornassem cumulativo. Essa estratégia de organização é o que serve de princípio para a compreensão humana, porque ela não se dá necessariamente apenas pela experiência, ou seja, estar no mundo e operar intelectivamente sobre ele são fenômenos distintos. Todavia é preciso ressaltar que isto não pode sequer ser pensado sem aquilo.

Tomando como certa a necessidade de definições, deve-se inquirir sobre como podem ser realizadas. Tradicionalmente, há dois elementos componentes de uma definição que merecem destaque: o *definiendum*

e o definiens. Grosso modo, considera-se definiendum aquilo que se pretende definir e definiens o conjunto de sentidos, significados ou extensões que podem ser atribuídas ao seu definiendum². Essa noção básica serve para estabelecer qual tipo de definição será o alvo dessa discussão.

Em uma obra datada de 1953 (em sua primeira versão na Língua Inglesa, vertida para a Língua Portuguesa em 1974; a segunda em 1978), Irwing Copi trata das definições³ como uma base necessária para o estudo da Lógica. O autor versa sobre cinco tipos de definição, partindo do pressuposto de que “uma definição pode ser expressa de duas maneiras: falando sobre o símbolo definido, ou falando daquilo a que se refere.” Convém, portanto, explanar quais são esses tipos de definição e quais são suas particularidades.

Copi distingue cinco tipos de definições, a saber: estipulativas, lexicográficas, aclaradoras, teóricas e persuasivas. De acordo com o autor, tem-se a definição de natureza estipulativa quando se busca definir um termo inteiramente novo, que é apresentado pela primeira vez. Há liberdade na definição estipulativa, pois – no momento em que se opera – o definidor⁴ é livre para selecionar os termos com que há de preencher o definiens do definiendum em questão. O exemplo de Copi para esse tipo de definição é o uso “econômico” de expoentes na matemática: uma expressão como “ $A_{12} = B$ ” deveria ser expressa como “ $Ax Ax Ax Ax Ax Ax Ax Ax Ax Ax A = B$ ” antes da introdução do expoente. Esse expoente, adicionado ao A, define uma operação matemática que consiste em multiplicar o A doze vezes por si mesmo. Obviamente, o matemático que propôs esse uso dos expoentes poderia ter usado algum outro recurso para definir o mesmo definiendum.

Essa característica de escolha dos termos confere arbitrariedade à definição estipulativa, o que – a depender da situação em que é empregada – pode ser ineficaz (por ser simplória) ou inútil (por ser por demais complexa). Ou seja, uma definição estipulativa deve ser eficaz e útil para que seja adotada por uma determinada comunidade científica.

2 Como se vê em Copi (1978): “símbolo que se deve definir é chamado de definiendum, e o símbolo ou grupo de símbolos usados para explicar o significado do definiendum têm o nome de definiens.”.

3 A obra em si não versa exclusivamente sobre definições. Trata-se, na verdade, de uma introdução à Lógica; entretanto possui uma descrição rica para o estudo das definições.

4 Esse termo será usado para designar o indivíduo que opera o processo de definição, qual seja ele.

Uma definição lexicográfica deve ser empregada sempre que a finalidade estiver voltada para a eliminação da ambiguidade a respeito de algum termo ou se a finalidade for expandir o vocabulário. Deve-se ressaltar que uma definição lexicográfica relaciona-se com termos já existentes no vocabulário, ou seja, não há a introdução de um termo novo. Pode-se operar uma definição desse tipo em uma situação na qual haja mais de uma maneira de empregar o mesmo termo, destarte, a definição será operada para incluir mais um conjunto de definiens ao definiendum.

O terceiro tipo de definição é denominado: definição aclaradora. Essa nos interessa particularmente em razão do que o autor explicita – na comparação com as definições vistas até aqui:

As definições estipulativas e lexicográficas não podem servir para reduzir o caráter vago de um termo. Uma expressão é vaga quando dá origem aos casos limítrofes, de modo que é impossível determinar se o termo lhe deve ser ou não aplicado. O uso corrente não pode servir como recurso para uma decisão, visto que não seria suficientemente claro sobre a questão – se fosse, o termo não seria vago. Portanto, para chegar a uma decisão é necessário transcender o uso corrente; uma definição capaz de ajudar a decidir os casos limítrofes deve ir além do que é puramente lexicográfico. Poderemos dar a tal o nome de definição aclaradora (COPI, 1978, p. 116-117).

Para o autor, a vagueza que as definições estipulativas e lexicográficas podem criar estão relacionadas à capacidade de uma seleção múltipla de conteúdos para compor o definiens de um definiendum qualquer. Não que os parâmetros para o estabelecimento de definições estipulativas ou lexicográficas sejam vagos, não é esse o mérito do raciocínio. Trata-se, com efeito, de uma reflexão que – provavelmente – irá expor o fato de a composição do conjunto que formará o definiens (estipulativamente ou lexicograficamente) ser, de certo modo, menos regrada do que se pretende a composição aclaradora de um definiens. Segundo o autor, não se aplicam os critérios de verdade ou falsidade para uma definição aclaradora, pois parece ser mais sensato discutir a noção de conveniência ou inconveniência da definição.

O quarto tipo de definição que o autor apresenta é denominado definição teórica. De acordo com sua reflexão, entende-se que tais definições estão amparadas por convicções relativas a teorias, ou seja, uma definição teórica possui seu definiens pautado em um tipo peculiar de entendimento atrelado a um conjunto de conhecimentos. Isso quer dizer que as teorias são o fundamento para que sejam realizadas as

definições de caráter teórico. Evidentemente, essas definições são suscetíveis a alterações, uma vez que as teorias são alvo de discussão e constante atualização – a depender da evolução do conhecimento humano. Os sistemas filosóficos estão repletos de definições teóricas que lhes dão sustentação ao mesmo tempo em que servem de sustentáculo para novas definições da mesma natureza. A preocupação do filósofo ou do cientista está mais em adaptar as definições ao sistema de que comungam do que o contrário; o que sugere mais um exercício de retórica do que um exercício de pesquisa. Um bom exemplo de definição teórica e de sua vinculação essencial a um corpo de doutrina é o que ocorre com o termo gravidade na física: para a física newtoniana a gravidade é uma força que atrai corpos com massa, mas para a física einsteiniana é uma curvatura no contínuo tempo-espaco. De forma geral, as “disputas sobre definições” ocorrem com esses tipos de definições.

Por fim, Copi indica o quinto tipo de definição: definição persuasiva. Segundo o pensamento do autor, o propósito desse tipo de definição é influenciar atitudes. A função de uma definição persuasiva não é referencial, é emotiva; ou seja, um definiens enunciado em linguagem emotiva pode ser instrutivo e influenciador ao mesmo tempo. Textos que buscam a adesão do leitor a qualquer custo costumam valer-se desse tipo de recurso.

Ao fim desse pequeno entrecurso teórico, é possível estabelecer um pequeno quadro comparativo dos tipos de definições para Irving Copi:

Tipo de definição	Definiendum	Propósito	Definiens	Exemplo
<u>Estipulativa</u>	Termo inteiramente novo; apresentado pela primeira vez.	Propósito de instrução.	Selecione para identificar características que possam exprimir minimamente a proximidade com o <u>definiendum</u> , quando não meramente convencionalizada.	Um <u>meme</u> é um elemento gráfico, acompanhado de um texto, com propósito humorístico.
<u>Lexicográfica</u>	Termo que não precisa ser necessariamente novo. Semelhante ao trabalho de dicionarização.	Propósito de desambiguação.	Conjunto de características que podem ser avaliadas nos critérios de verdade e falsidade quando analisadas no léxico de uma língua.	<u>Ponto</u> pode ser um sinal gráfico, um elemento da geometria, uma parada de ônibus, dentre outras possibilidades.

Persuasivas	Termo que não precisa ser necessariamente novo.	Propósito de persuasão (de influenciar atitudes).	Caracterização feita em linguagem emotiva.	Eu acredito que ponto deva ser visto como um ente não matemático, subjetivo, mais voltado para as posições particulares do ser humano.
--------------------	---	---	--	---

Esse quadro é uma demonstração de como a reflexão a respeito do processo humano de atribuir características a objetos (físicos ou teóricos) passou por especialização. Tomando como base a reflexão de Copi, é possível discorrer a respeito dos procedimentos de definição, ou seja, quais são as técnicas utilizadas para associar definiendum a definiens.

O autor julga que é possível dividir as técnicas de definição em dois grupos – com base na denotação (também dita extensão), o primeiro; com base na conotação (intensão), o segundo.

Definições baseadas na extensão podem ser realizadas com base no processo de demonstração (ostensão) e no processo de exemplificação. Este procedimento consistiria na enumeração de vários termos cujo definiens tenha uma extensão análoga; ao passo que aquele seria exemplificado pelo simples ato de o indivíduo apontar para algo que queria definir e proferir a sentença “x é isto”. Nos dois casos, deve entrar em ação uma operação mental que seja capaz de captar a maior quantidade de caracterizações que formariam o definiens do definiendum em questão, qualquer que seja.

Definições baseadas na intensão, ou conotativas, podem ser sinonímicas ou operacionais. As primeiras são comumente feitas em compêndios ou dicionários (em grande parte) – usualmente quando se busca atribuir um significado semelhante entre duas palavras. Uma definição feita por sinonímia possui limitação, uma vez que não há que se falar em sinônimos exatos ou “perfeitos”. Isso também faz com que não seja possível sua utilização em definições aclaradoras ou teóricas.

Há, entretanto, um tipo de definição de natureza conotativa que pode servir mais especificamente à ciência: tal é a definição operacional. Entende-se por definição operacional aquela que apresenta condições particulares e específicas para a seleção do definiens relativo ao definiendum alvo de definição. Um exemplo prático pode ser a noção de peso de algum corpo – somente com as condições necessárias (uma balança, um sistema de medidas, uma forma de auferir a precisão das medidas etc.) a fim de que seja possível quantificar e exprimir a

qualquer noção de peso. Uma definição operacional pode ter sua utilidade justamente no fato de ser específica e limitadora. Ela deve servir a um propósito específico⁵ – o que justifica sua existência e diminui alguns hiatos de especulação provenientes da falta de precisão (mesmo que relativa) de outras definições.

De acordo com essa explanação, é possível estabelecer um quadro comparativo relativo às técnicas de definição:

Quadro 2: comparativo relativo às técnicas de definição

Há que se pensar que – mesmo que coexistentes – essas técnicas de definição são distintas, porém não excludentes. Por mais que seja possível adotar um princípio e tomá-lo como correto no momento de estabelecer o definiens de um definiendum, a operação de atribuir identidades semânticas, por assim dizer, àquilo com que o homem se relaciona; definir continua sendo um problema epistemológico. Isso se afirma principalmente porque, definidos tipo e técnica, é mister perscrutar a respeito da existência de regras para se realizar uma definição.

Copi (1978) postula que há cinco regras para avaliar as definições, uma vez que propostas. Segundo o autor, essas regras se aplicam – primordialmente – às definições lexicográficas. Ei-las (as regras):

1. Uma definição deve indicar os atributos essenciais da espécie.
2. Uma definição não deve ser circular.
3. Uma definição não deve ser excessivamente ampla nem excessivamente estreita.

4.	Técnica	Princípio	Tipo	linguagem
ambígua, c	Denotativa	Extensão	Exemplificativas Demonstrativas (ostensivas)	pode ser
5. afirmativa	Conotativa	<u>Intensão</u>	Sinonímicas Operacionais	

Nota-se, por meio dessas regras, que a normatização sugerida por Copi (1978) para estabelecer uma definição – ainda de lexicográfica

⁵ Todas as definições operacionais precisam contar com um método de medição ou de avaliação.

– pode ser um caminho para pensar demais tipos de definição. Talvez, para aquiescer à necessidade de outros tipos de definição, condições ulteriores devessem ser acrescentadas. Para uma definição teórica, seria possível acrescentar a regra de que uma definição teórica não pode contradizer o princípio básico da teoria à qual está filiada; para uma definição aclaradora, seria possível acrescentar a regra de que uma definição aclaradora não pode conter elementos vagos; para uma definição persuasiva, seria possível acrescentar a regra de que uma definição persuasiva não pode ser desprovida de apelo emotivo.

Regras previamente estabelecidas; esforços concentrados na tentativa de compreender o procedimento para se chegar a uma definição e o que resta? Qual pode ser considerado o resultado imediato de um processo de definição? Ao que parece, essa atividade mental, que trata essencialmente da abstração para a criação ou para a atualização de elementos organizadores do pensamento, resulta em algo que se pode traduzir – por uma tentativa ainda que grosseira – como um conceito. Ou seja, operam-se definições a fim de que seja possível chegar a conceitos. Questiona-se – portanto – se é possível distinguir uma definição de um conceito. Tentemos estabelecer uma distinção.

Para acrescentar ao já mencionado, atente-se para o que se lê no Dicionário de Filosofia de Niccola Abbagnano (2007) a respeito do que é uma definição em um paradigma filosófico⁶ :

Declaração da essência. Distinguem-se diversos conceitos de D., que correspondem aos diversos conceitos de essência (v.), mais precisamente: 1º conceito de D. como declaração da essência substancial; 2º conceito de D. como declaração da essência nominal; 3º conceito de D. como declaração da essência-significado (ABBAGNANO, 2007 p. 235). Desse modo, entende-se que uma definição busca – por meio da relação entre definiendum e definiens – identificar a essência do que se está para definir. Essa discussão se volta mais à Ontologia do

6 Hilton Japiassú e Danilo Marcondes, em seu Dicionário Básico de Filosofia (1990, p. 66) apresentam, na entrada “definir”, as seguintes duas acepções:

“1. Do ponto de vista lógico, definir significa determinar a ‘compreensão’ [intensão] que caracteriza um conceito. Para Aristóteles, a definição é a fórmula que exprime a essência de uma coisa, sendo composta do gênero (próximo) e das diferenças (específicas). Definição nominal é aquela que explica o sentido de uma palavra pelo recurso a outras palavras ou à etimologia. Definição real é aquela que indica a natureza do objeto ou da coisa a ser definida.

2. Na prática científica, as definições são operatórias: os conceitos que elas descrevem são definidos por experimentações repetíveis; não são absolutas, pois estão ligadas ao conjunto do pano de fundo teórico da experimentação. Assim, uma definição empírica é aquela que resume os conhecimentos adquiridos por indução (pela experiência) sobre um objeto.”

que à Lógica propriamente falando, entretanto sua utilidade é visível se considerarmos que uma definição parece estar às voltas com uma visão mais tangível, mais física – por conseguinte –, da relação entre o que se busca definir e o que se faz para isso. Distinguem-se, na verdade, três modalidades de declaração da essência: uma substancial, uma nominal e uma pautada pelo significado (que seria a síntese das anteriores). A declaração de essência substancial é contrária ao Nominalismo – que admite a possibilidade da declaração de uma essência por meio de uma exposição de discurso.

Na discussão a respeito das definições, Abbagnano (2007) cita a obra de Boécio⁷ (*De Diffinitione*) para identificar 15 espécies de definição, o que pode contribuir com o que está sendo discutido. A fim de que seja possível identificar didaticamente as espécies apontadas por Boécio, sintetizou-se o seguinte quadro:

Quadro 3: Espécies de definição apontadas por Boécio

Espécie	Características	Exemplo
Substancial	Tenta identificar a substância.	Um ponto é um ente geométrico abstrato.
Nocional	Indica mais o que o objeto faz, menos o que ele é.	Um ponto serve para encerrar uma sentença.
Qualitativa	Vale-se de uma qualidade do objeto.	Um ponto é usualmente uma esfera.
Descritiva	Feita com características peculiares ao objeto.	Um ponto é esférico, sem dimensões e sólido.
Verbal	Trata-se de esclarecer a palavra com outra palavra.	Um ponto é um sinal gráfico.
Por diferença	Consiste em esclarecer a diferença entre dois objetos.	Um ponto se diferencia de uma reta pela perspectiva adotada.
Por metáfora	Consiste em fazer uma comparação subentendida, na aproximação de características comuns entre objetos.	Um ponto é um rasgo no plano celeste.

⁷ Filósofo romano da Alta Idade Média (480 a.C. – 524 ou 525 a.C.).

Espécie	Características	Exemplo
Por privação do contrário	Consiste em dizer o que o objeto não é.	Um ponto não é uma reta, nem um plano.
Por hipotipose	Elaborada pela fantasia. Semelhante à metáfora.	Um ponto é o dedo de Deus no universo.

O que fica evidente, pela explanação posta no quadro anterior, é que os tipos de definição apontados por Boécio estão relacionados à natureza procedimental de uma definição. Deve-se atentar para o fato de que a coluna que erige as características das definições apresenta os procedimentos de elaboração, demonstração, levantamento de características fundamentais para operar a definição.

Como mencionado anteriormente, entende-se um conceito como o resultado do procedimento de definição. Tratar-se-á, por meio desse raciocínio, dos conceitos e de sua compreensão teórica – à exceção dos conceitos provenientes do procedimento de definição substancial, pois tendem a ser menos abstratos. Abbagnano (2007) aponta o verbete em seu dicionário de Filosofia da seguinte maneira:

Em geral, todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, esse termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual etc. (ABBAGNANO, 2007, p. 164).

Note-se, nessa especificação de conceito, que o autor considera

que conceito é, antes de tudo, um processo. Nesse sentido, seria tão somente um sinônimo de definição, entretanto não é essa a posição que será defendida aqui. Esse processo a que o autor alude parece ser permeado por classificação, descrição e previsão dos objetos cognoscíveis. Talvez, pela infelicidade da sinonímia, seja uma tarefa árdua separar definição de conceito – principalmente porque é costume evitar repetições que pareceriam viciosas com o emprego de termos de semântica aproximada.

O autor ainda fala de sinal ou procedimento semântico. Bem, isso direciona mais a reflexão sobre a natureza de um conceito como algo que se separa essencialmente da concretude. Dito de outro modo: conceito é menos concreto, pois resulta de uma operação mental / um procedimento mental de definição. Há dois grandes desafios quando se discute um conceito – o primeiro é compreender sua natureza; o segundo é compreender sua função. A discussão a respeito da natureza de um conceito se volta (como a da natureza de uma definição) à Ontologia, portanto, perscrutar sobre a realidade essencial de um conceito é uma atividade que dependerá da convicção filosófica adotada para a reflexão. Entretanto, há algo que pode ser identificado como essencial a um conceito: trata-se de uma realidade abstrata de essência animada, ou seja, que está calcada nas convicções da alma (na acepção cognoscente) do indivíduo. Desse modo, pode-se chegar à conclusão de que um conceito é uma realidade cognoscível acerca de um objeto e uma definição é um procedimento cognoscente sobre esse mesmo objeto.

Quanto à função do conceito, é plausível dizer que ela está relacionada ao tipo de definição de que se parte para chegar ao resultado conceitual. Assim, compreende-se a divisão das funções conceituais como:

Quadro 4: Divisão das funções conceituais

Função do conceito	Procedimento de definição	Propósito da definição	Emprego usual
Conceito estipulativo	Estabelecimento de um conjunto novo de <i>definiens</i> para um <i>definiendum</i> .	Para aumentar o vocabulário.	Na criação de um novo conceito ou para indicar um novo objeto.
Conceito lexicográfico	Estabelecimento de um conjunto de <i>definiens</i> para um <i>definiendum</i> .	Para eliminar a ambiguidade.	Na explicitação básica de um objeto, a exemplo de um dicionário.
Conceito aclarador	Seleção rigorosa de <i>definiens</i> para um <i>definiendum</i> com vistas a compreendê-lo particularmente.	Para aclarar o significado.	Na tentativa de elucidar questionamentos sobre a natureza específica de um objeto.
Conceito teórico	Seleção de <i>definiens</i>	Para explicar	Na fundamentação de

Essa divisão, por didática que seja, não deve ser considerada em aspectos excludentes, ou seja, não é possível afirmar que um conceito aclarador jamais possuirá também procedimentos concernentes a uma perspectiva teórica. Algumas das definições podem se configurar de maneira híbrida, portanto, os conceitos delas resultantes terão natureza semelhante.

Estabelecida a distinção entre definição (procedimento) e conceito (resultado). Devem-se investigar quais são as características notáveis de um conceito. De acordo com Hardy-Vallée (2013):

Os conceitos são universais abstratos, organizados sistematicamente, que aplicam a representação de propriedades invariantes de uma categoria a objetos particulares em função de um critério. O conceito serve diferentes funções epistemológicas (inferência, categorização, gnosiologia, linguagem) e metafísicas (taxonomia normativa e modalidade) (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 20).

Consoante essa reflexão, fica claro que ao menos duas características notáveis de um conceito são o invariante e o critério utilizado para categorizar os objetos cognoscentes. Entender-se-á, sob a perspectiva trabalhada, que o critério adotado para se chegar a um conceito é muito semelhante ao que entendemos como o processo de definição. Assim, a função de um conceito está intimamente atrelada ao processo de definição adotado para que seja possível realizar a abstração que nele resultará.

Usualmente, em um trabalho de natureza científica (que necessita por demais de conceitos e definições), o ponto de partida para a reflexão acerca da tese debatida é um referencial teórico. Essa pedra fundamental dos estudos está calcada em uma série de conceitos, todos

provenientes de processos de definição que não são, necessariamente, únicos ou mesmo confluentes. Cabe ao pesquisador a responsabilidade de estabelecer os limites em que trabalha, a fim de que sua fundamentação garanta a solidez de suas discussões.

Contudo, nem sempre esses limites de conceito e de definição estão claros nos referenciais teóricos científicos. Isso gera um problema fundamental, o qual se optou por chamar o problema⁸ das definições. Não se utilizou o nome referente a conceitos (o problema dos conceitos) porque o caminho para se chegar a um conceito passa pelos procedimentos de definição, logo, trabalhar com o resultado (a abstração conceitual) exige uma visão acerca da parcialidade presente no trabalho de definição. Essa discussão resvala, a priori, na metodologia adotada pelo pesquisador para exercer o seu trabalho, entretanto, pode-se a ela voltar quando surgirem descontinuidades conceituais que impeçam ou dificultem a atribuição de maior clareza a uma reflexão empreendida.

Conforme visto, há definições que podem resultar em conceitos de natureza mais prolífica para o trabalho do pesquisador, uma vez que extrapolam a mera convenção e superam os limites da simples ampliação de vocabulário. Trata-se, com efeito, das definições aclaradoras e das teóricas, porque seu resultado coaduna conceitos aclaradores e teóricos, esses que – por sua vez – servem bem à reflexão, pois demonstram um acumulado de conteúdos específicos, provenientes de provocações intelectuais.

Determinadas fragilidades conceituais podem resultar em efeitos diversos para uma pesquisa, não necessariamente prejudiciais. Entende-se que essas fragilidades podem também ser provenientes da dificuldade na tradução de bases teóricas – principalmente porque na tradução há significativa perda dos conceitos pretendidos pelos autores dos textos originais. Evidentemente que isso não impossibilita o trabalho, mas exige mais acuidade e rigor no tratamento dos assuntos, a exemplo de traçar um continuum relativo aos procedimentos de definição dos conceitos utilizados na fundamentação teórica.

Um dos efeitos colaterais de uma pesquisa sem uma base conceitual bem estabelecida procedimentalmente é a descontinuidade. Parte-se de um conceito elaborado momentaneamente, sem ser necessariamente um conceito de definição operativa, para discutir

8 Entenda-se o nome “problema” não como algo de negativo, mas como uma idiossincrasia científica, responsável por fomentar várias das discussões no campo das pesquisas de caráter bibliográfico.

algo que dele deriva. Isso gera uma possibilidade por demais extensa de ressignificações para apenas um conceito, o que pode esvaziá-lo pela banalização e influenciar diretamente os resultados do trabalho dele derivado. Essa vagueza ocorrerá pela dificuldade de se encontrar o elemento invariante do conceito, no sentido de Hardy-Vallée (2013), toda vez em que se desconsiderar a importância da rigidez da base conceitual para o trabalho científico. Realmente, essa dificuldade repousa principalmente sobre as pesquisas nas áreas hermenêuticas, que exigem uma heurística bem fundada para relativizar suas reflexões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com fulcro nas considerações apresentadas até o presente momento e, considerando a larga utilização de procedimentos de definição para o estabelecimento de conceitos no campo de pesquisas da Linguística, é possível afirmar que esse problema apresentado no título do trabalho também é uma constante nos estudos linguísticos.

Um dos exemplos mais concretos relativos ao que foi mencionado é a grande dificuldade para lidar com a noção de inferência dentro dos estudos linguísticos. Nas pesquisas relativas ao processamento de informações em leitura ou em um diálogo simplesmente, muito se atribui às inferências. Apesar disso, quando se pesquisa a respeito daquilo que se considera inferência, há uma quantidade tão grande de conceitos, com procedimentos de definição tão distintos, que o termo fica vago, o que gera uma descontinuidade muito grande para os pesquisadores, uma vez que não há – ainda – uma sistematização das correntes teóricas a respeito de inferências ⁹.

Crê-se que tal obstáculo possa ser diminuído caso os procedimentos de definição – que conduzem aos conceitos – sejam analisados de maneira precisa, a fim de se escolher qual será o procedimento adotado para ser possível lidar com a fundamentação teórica de uma pesquisa com mais especificidade. O objetivo do presente trabalho era precisamente lançar um olhar sobre esse tipo de análise, a fim de que mais discussões possam ser realizadas a respeito do assunto.

REFERÊNCIAS

⁹ As inferências são apenas um exemplo das dificuldades teóricas que os pesquisadores encontram na Linguística, quando se trabalha com definições. Anáfora, correferência e contexto são outros termos que poderiam ser listados nesse exemplo apresentado.

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COPI, Irving. Introdução à Lógica. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

HARDY-VALLÉ, Benoit. O que é um conceito? São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

HEGENBER, Leônidas. Definições: Termos teóricos e significado. São Paulo: Cultrix, 1974.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Recebido em: 7 de jul. de 2016.

Aceito em: 16 de dez. de 2016.